



(Handwritten signatures)
C. Silva

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2022

Presidente

Bruno Miguel Arruda Machado

Deputados

Iracema de Jesus Pinheiro Sousa Furtado	Liliana Maria Martins Dias
Maria Margarida Sousa Arruda Pinheiro	Iola Maria dos Santos Pacheco Silva
Hélder Herculano Pimentel Medeiros	Pedro Miguel Peres da Costa Pereira
António José Braga Sousa	Cláudio Manuel Pacheco Medeiros
Helena Margarida Vieira Medeiros Andrade	Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa
Rúben Miguel Correia Rego	Emanuel Frias Santos
Bruno Gonçalo da Ponte Paiva	Rui Nelson Furtado Amaral
Maria Rita Cabral Rodrigues	Arménio Maurino Correia Jardim
Sara Maria Couto Botelho	Luís Filipe Marques Soares Gomes
Alexandre Custódio Batista da Câmara Amaral	Flávio Miguel da Ponte Pacheco
Nuno Alexandre Teixeira Sociedade	José Humberto Sousa Medeiros
Teresina de Fátima Graça Carreiro Teixeira	
Alexandre Alberto Andrade Duarte	
Armando dos Santos Rodrigues	

Secretários

Maria Helena de Rodrigues e Ponte

Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa



(Handwritten signature)
(Handwritten signature)

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2022

ÍNDICE

REGISTO DE PRESENÇAS

INTERVENÇÕES DOS CONVIDADOS

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

INTERVENÇÕES DOS PRESIDENTES DE JUNTAS DE FREGUESIA

PERÍODO ABERTO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO E DOS DEPUTADOS
MUNICIPAIS

ORDEM DE TRABALHOS

PONTO ÚNICO – I. N.º 9890/2022 – DEBATE DO ESTADO DO MUNICÍPIO –
TURISMO

ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2022

-----Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila e no auditório do Centro Municipal de Formação e Animação Cultural, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal, sob a presidência do senhor Bruno Miguel Arruda Machado, secretariada pela senhora Maria Helena de Rodrigues e Ponte e pela senhora Amélia de Jesus da Paz Pacheco de Sousa, na qualidade de primeira e de segunda-secretária da Mesa da Assembleia, respetivamente. -----

-----O senhor Presidente declarou aberta a sessão eram vinte horas. -----

Após declarar aberta a sessão, o presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Bruno Machado, referiu que a presidente da Assembleia Municipal, Maria Eugénia Pimentel Leal, não podia estar presente por motivos de saúde, pelo que, na qualidade de primeiro-secretário e de acordo com o regimento da respetiva assembleia - art.º 26.2 -, seria ele a



[Handwritten signatures in blue ink]

presidir à sessão. Mais informou que a deputada municipal Helena Ponte passava a primeira-secretária e que a deputada municipal Amélia Sousa passava a segunda-secretária da Mesa da Assembleia. Por fim, de acordo com o que havia sido decidido com a Comissão Permanente, informou que as secretárias da Mesa seriam as responsáveis pela elaboração das conclusões do debate e que seriam entregues ao senhor presidente da Câmara Municipal. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

- Registo de presenças

Foram conferidas as presenças de todos os elementos constituintes daquele órgão, verificando-se a presença dos mesmos, à exceção da presidente da Assembleia Municipal, Maria Eugénia Pimentel Leal, das deputadas municipais Mariana Ferreira Salema e Maria da Conceição Frias Santos e do deputado Rui Simas Santos, ausentes por motivo justificado e que se fizeram substituir pelos seus respetivos representantes legais. -----

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara Municipal, Ricardo Manuel Amaral Rodrigues, a Vice-Presidente da Câmara Municipal, Graça de Fátima Bolarinho Ventura Melo, e os Vereadores Emanuel Sousa Medeiros, Carlos Manuel Melo Pimentel, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa e Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Quental, à exceção da vereadora municipal Eunice Maria Pinheiro Sousa, ausente por motivo justificado. -----

O presidente da Assembleia Municipal informou que a primeira parte da sessão seria dedicada às intervenções dos convidados, sendo que o primeiro convidado seria o senhor Rui Correia (com o tema *A importância do AL no enquadramento socioeconómico da RAA – Vila Franca do Campo*), a segunda convidada seria a senhora Ana Rita Morgado (com o tema *A Queijada da Vila, uma história de sucesso*), e que o terceiro convidado seria o senhor Miguel Cravinho (com o tema *Centro de Interpretação do Ilhéu de Vila Franca do Campo, um capricho ou uma necessidade?*). O presidente da Assembleia prosseguiu informando que, seguidamente, seguir-se-ia a intervenção do senhor presidente da Câmara Municipal com a apresentação *Projeto: Ações de Promoção Turística do Concelho*, seguido das intervenções dos presidentes de juntas de freguesia e, por fim, das intervenções do público e dos deputados municipais. -----

Para a abertura do debate cujo tema era o turismo, o presidente interino da Assembleia Municipal leu a seguinte mensagem enviada pela senhora presidente da Assembleia Municipal, Eugénia Leal, a quem desejava melhoras e uma rápida recuperação: -----
“Hoje nesta sessão de 24 de novembro fazemos, pela primeira vez, o que está previsto no nosso regimento - art.º 33º A - o debate específico sobre o estado do município. Pela primeira vez na Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo realiza-se uma sessão



Handwritten signature in blue ink.

especial, nesta primeira versão dedicada ao Turismo, assunto que foi eleito de interesse para o concelho e cujo debate e conclusões deverão servir de mote à ação do executivo camarário, uma vez que se espera que daqui possam sair ideias, sugestões e questões capazes de enriquecer, influenciar e facilitar quem tem de decidir os destinos desta vila. O turismo é um setor que tem grande importância na economia mundial e especialmente regional. A chegada de turistas aumenta o consumo, a produção de bens e serviços, e principalmente cria a necessidade de novos empregos. A centralidade de Vila Franca do Campo no território da ilha de São Miguel, abre perspectivas estratégicas que são oportunidades só nossas. Se juntarmos isto à história, cultura e tradições, a natureza, a religiosidade, a gastronomia num território tão abrangente que envolve o mar e a montanha, da Praia da Amora à Prainha de Água d'Alto, do Ilhéu à Senhora da Paz, a que devemos envolver a simpatia, alegria, educação e arte de bem receber da nossa gente. Temos os ingredientes perfeitos para o sucesso. Quem passa para Vila não fica indiferente, mas o que se quer, o que os vila-franquenses anseiam e que esperamos que este debate possa constituir como valioso contributo para o futuro em que os turistas não passem, mas optem, também, por ficar aqui os dias da sua estadia. Certa de que esta sessão poderá ser a primeira de muitas que esta assembleia poderá organizar também numa perspectiva de abertura de horizontes que, por vezes, só uma visão externa pode permitir, vamos ter convidados que nos ajudarão nesta reflexão conjunta. Agradeço, por isso, em nome desta assembleia, pela disponibilidade de todos os nossos convidados, nomeadamente o Eng.º Rui Correia, presidente da Associação de Alojamento Local dos Açores, a Dr.ª Ana Rita Morgado, em representação da empresa Queijadas de Adelino Morgado e Filhas, Lda. E o Dr. Miguel Cravinho na qualidade de empresário marítimo-turístico. Bom trabalho a todos". -----

ORDEM DO DIA

PONTO ÚNICO – I. N.º 9890/2022 – DEBATE DO ESTADO DO MUNICÍPIO – TURISMO -----

O primeiro orador convidado, Eng.º Rui Correia, fez uma apresentação intitulada *A importância do AL no enquadramento socioeconómico da RAA – Vila Franca do Campo*, tendo iniciado por referir que abordaria os impactos, contributos e desafios existentes no alojamento local ao nível dos Açores, correlacionando-os com Vila Franca do Campo. Prosseguiu apresentando um quadro-resumo ao nível da oferta de alojamentos locais nos Açores, focando-se em São Miguel, e referindo que existem 1626 estabelecimentos de alojamento local em São Miguel. Mais disse que a AALA e a consultora Fundo de Maneio elaboraram um estudo sobre que impacto económico é que os alojamentos têm (com dados referentes a 2019). Referiu que existem impactos a três níveis, nomeadamente o indireto referente ao impacto que a estadia dos hóspedes tem em outras áreas da economia de forma direta (como na restauração, no aluguer de viaturas, limpezas, entre outras) e



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

que corresponde a 46 milhões de euros; o impacto direto, que se relaciona com os ganhos dos proprietários de alojamentos locais e que corresponde a 60 milhões de euros e, ou seja, o dinheiro que entra por via dos hóspedes e, por fim, o efeito induzido que, não sendo uma relação direta, é indiretamente importante, nomeadamente ao nível do setor primário, cujos níveis de produção têm de ser acrescidos derivado do facto de haverem hóspedes que preferem um determinado alojamento local, e com valores na ordem dos setenta e cinco, setenta e seis milhões de euros, com um resultado final de aproximadamente cento e oitenta milhões, correspondendo a dados de 2019. Referiu que, se observassem que os proveitos diretos do alojamento local eram, aproximadamente, de sessenta milhões de euros, concluía que por cada euro que ficava com os proprietários de alojamentos locais, havia dois euros que entravam na economia dos Açores, ou seja, a oferta existente atual permite a entrada na região de mais cento e vinte milhões de euros que não vão diretamente para os proprietários de alojamentos locais. -----

No que se refere concretamente a Vila Franca do Campo, referiu que a centralidade geográfica do município é uma clara vantagem, para além de estar bem servido em termos de rede viária (via rápida), mas que não pode estar apenas focado em si, devendo entender o que tem à sua volta (as Furnas) e, neste caso, não podendo combater esta concorrência, de que forma deverá tirar proveito dela. Referiu que em Vila Franca do Campo existem 120 alojamentos locais registados (22 em Água d'Alto, 20 em São Pedro, 39 em São Miguel, 24 em Ribeira Seca, 6 em Ribeira das Tainhas e 9 em Ponta Garça), mas que, por estar a perder população, torna-se necessário olhar para o setor do turismo como um todo para tentar ajudar a combater a perda de população, sendo necessário criar as condições para que as pessoas, em vez de investirem em cidades como Ponta Delgada, invistam em Vila Franca do Campo, o que começa pela mudança de *mindset* de que Vila Franca do Campo é apenas um local de passagem. Prosseguiu enumerando algumas estatísticas, nomeadamente que os 120 alojamentos locais em Vila Franca do Campo correspondem a 3,7% do total de habitações existentes no concelho, o que correspondia a 4% do total de alojamentos nos Açores, concluindo que o impacto global que o alojamento local tem, em Vila Franca do Campo, é de €7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil euros). -----
Relativamente aos contributos, referiu a recuperação e melhoria de imóveis, reforçando que falava em “imóveis” e não em recuperação urbana. Prosseguiu referindo a democratização da distribuição da riqueza, ou seja, que existem mais *players* com mais dinheiro, dinheiro que volta a ser injetado na economia. Referiu o contributo do combate à desertificação, exemplificando que Vila Franca do Campo estava a perder população e que, através do alojamento local, poderiam tentar criar uma dinâmica económica, de modo a tentar fixar mais pessoas no concelho. Referiu que outro contributo é a atração de investimentos, considerando que o alojamento local não requer grandes investimentos e financiamentos. Exemplificou que Vila Franca do Campo não possui nenhum *hostel* que capte as camadas mais jovens, mas que em breve tal iria acontecer. Outro contributo, disse, é a diversidade de alojamento, referindo que Vila Franca do Campo possui hotelaria há várias décadas, pelo que uma oferta diferenciada só enriqueceria a economia. Por fim,



referiu o contributo da criação de emprego e de autoemprego, havendo indivíduos que retiram mais ganhos do alojamento local do que propriamente dos seus empregos regulares. -----

Quanto aos desafios, referiu a necessidade de maior qualidade, de mais autocrítica e de ter uma mentalidade de melhoria contínua. Outro desafio passa pela formação dos funcionários, que já são em grande número, tal como de mais autoformação, acreditando que o município poderá auxiliar através da criação de protocolos e sinergias, considerando que, possuindo uma escola profissional, deverá canalizá-la para perceber o que o mercado necessita. Prosseguiu referindo a profissionalização do setor, com a consciência profissional que o alojamento local tem importância para a economia. Por fim, referenciou a sustentabilidade ambiental, mas que também é fundamental a sustentabilidade social e económica, para que tenha “raízes fortes” e possa manter e projetar uma área de negócio no futuro, considerando que é uma área recente ainda com muito para crescer e melhorar. -----

A segunda oradora convidada, Dra. Ana Rita Morgado, fez uma apresentação intitulada “*A Queijada da Vila, uma história de sucesso*”, tendo iniciado por contextualizar o início do fabrico das queijadas a cargo das freiras residentes no Convento de Santo André, que, na altura, ensinavam algumas meninas da alta sociedade vila-franquense, a falar francês, espanhol, a fazer bordados, a cozinhar, entre outros, tendo sido através de duas famílias vila-franquenses que a receita acabou por chegar à sua família, ficando com os seus avós. Mais tarde, com o aumento da produção, abriram uma pastelaria, tendo avançado para a aquisição de um edifício, posteriormente. Referiu que os primeiros locais na ilha a vender Queijadas da Vila foi a Loja da Havanesa, o Café Damião e o Café Central (em Ponta Delgada). Prosseguiu mostrando alguns recortes de antigos jornais com referências às queijadas. Seguidamente começou a explicar o processo de produção, realçando a elevada qualidade do leite açoriano utilizado, juntamente com os restantes ingredientes: farinha, açúcar e manteiga. Após explicar detalhadamente o processo de fabrico, referiu algumas curiosidades, nomeadamente o pedido da Red Bull Cliff Diving para fazer o sorteio que ditou a ordem de quem saltou na prova de mergulho, consistindo em queijadas numeradas e escolhidas aleatoriamente. Referiu, igualmente, que este momento contribuiu bastante para a projeção das queijadas, sobretudo a nível internacional. Prosseguiu dizendo que, em 2014 e 2015, concorreram a um concurso nacional de doçaria conventual portuguesa, tendo sido distinguidos com o prémio “Melhor dos Melhores 2014” e com a medalha de ouro em 2015. Referiu, igualmente, terem sido convidados a participar na coleção filatélica “Doce Tradicionais Portugueses”, uma iniciativa dos CTT. -----
Prosseguiu mencionando que a Marca Açores tem contribuído para a divulgação dos produtos açorianos, pelo que cada selo (presente nas embalagens), dá ao consumidor a garantia de que o produto é confeccionado com produtos açorianos. -----
Em 2016 abriram as portas das novas instalações com o objetivo de proporcionar uma melhor experiência aos clientes, ao permitir uma melhor visualização do processo de fabrico *in loco*. -----



Handwritten signature: Rosa
Handwritten signature: Rosa
Handwritten signature: Rosa

O terceiro orador convidado, Dr. Miguel Cravinho, fez uma apresentação intitulada “*Centro de Interpretação do Ilhéu de Vila Franca do Campo, um capricho ou uma necessidade?*”. Começou por contextualizar historicamente o concelho de Vila Franca do Campo desde a sua fundação até aos dias atuais, destacando alguns momentos como o terramoto de 1522. Prosseguiu referindo que a existência de uma forte ligação marítima com relações comerciais com Santa Maria justificou um acordo de gemação com Vila do Porto – vila-irmã de Vila Franca do Campo desde 1986. Prosseguiu referenciando algumas características históricas que contribuíram para o dinamismo e centralidade do concelho. Com a modernidade, novos desafios surgiram, materializados pela forte emigração para as Américas e conjugada com o forte crescimento de Ponta Delgada que, ao proporcionar melhores oportunidades de empregos e acesso a bens e serviços, acabou por contribuir para a perda de massa crítica, o que se reflete na atual perda de população que tem vindo a acontecer no concelho. -----

No que se refere à estratégia nacional do Turismo (Portugal 27), referiu que esta pretende tornar Portugal como um dos países mais competitivos e sustentáveis do mundo, assentando na conservação e valorização do património natural e cultural. Nos Açores, em linha com a estratégia nacional, a prioridade passa pela afirmação e conciliação do turismo de natureza, potenciando os seus recursos. Mais disse que a atuação dos agentes económicos para o desenvolvimento sustentável (enquadrados na Agenda 2030) assenta em parcerias locais e internacionais que pretendem qualificar a oferta e apostar na certificação do destino. Considerando o plano geral, referiu que o Centro de Interpretação do Ilhéu de Vila Franca do Campo deverá ser uma reclamação da população e um desígnio político das instituições representativas do concelho. Pelas características biofísicas do Ilhéu e a sua relação com Vila Franca do Campo e seus habitantes, este centro representaria uma grande oportunidade para o desenvolvimento local por aportar valores importantes: é parte integrante da Rede Natura 2000; é resultante de um vulcão submarino; integra o Parque Natural da Ilha de São Miguel; integra o Geoparque dos Açores. Prosseguiu constatando que o Ilhéu é uma das zonas mais icónicas da ilha pelos seus valores geológicos, biológicos e paisagísticos. Quanto aos valores histórico-culturais, estes remontam ao povoamento da ilha - foi porto de abrigo relacionado com as fortificações costeiras da primeira capital da ilha e foi palco da Batalha Naval de 1582. Referiu que foi ponto conspícuo para os navegadores dos barcos de cabotagem da família dos Parece, vindos de Santa Maria, e carregados de bolas de barro e pedras de calcário. Mais disse que o ilhéu teve, também, uma vigia da baleia e foi ponto de chegada de inúmeras corridas de caiaque. Prosseguiu dizendo que o Ilhéu é, ainda, um tema persistente da cultura popular local, cuja expressão artística se manifesta desde a pintura à poesia, até ao artesanato (como bem evidenciado por Urbano Mendonça Dias no livro “A Vila”). Prosseguiu referindo existirem diversos trabalhos académicos sobre o Ilhéu, produzidos por cientistas importantes como Victor Hugo-Forjaz, Frias Martins, Rui Sousa Martins, entre outros, cujos trabalhos deveriam servir como base para o projeto, fomentando o *storytelling* do Centro de Interpretação do Ilhéu de Vila Franca do Campo na sua função de comunicação entre Vila Franca do Campo para com os turistas e



[Handwritten signature]
[Handwritten signature] @council

visitantes. -----
Quanto à justificação da localização do centro de interpretação – Forte do Tagarete – esta prende-se, sobretudo, por ser o que se encontra em melhor estado de conservação e pelo seu carácter histórico intrinsecamente ligado ao ilhéu. Mais disse que os Fortes de Vila Franca do Campo nasceram devido ao ilhéu, muito provavelmente. Referiu que a melhor homenagem que as gerações atuais poderiam fazer seria dar uma nova vida ao Forte do Tagarete, albergando o Centro de Interpretação do Ilhéu de Vila Franca do Campo e conferindo uma nova função turística de excelência, um ponto de encontro multicultural e um espaço de aprendizagem sobre a natureza e história de Vila Franca do Campo. -----
Prosseguiu dizendo que a construção e gestão dos centros de interpretação nos Açores é da responsabilidade do Governo Regional dos Açores, mas cabe sobretudo aos vila-franquenses, o querer que a referida infraestrutura seja construída no seu território. Referiu que se deve aproveitar a oportunidade para qualificar a experiência turística do visitante e, sobretudo, para melhorar a oferta disponível para quem visita o concelho, tal como auxiliaria na criação de emprego local (técnicos, incluindo qualificados). -----

O presidente da Câmara Municipal começou a sua intervenção, intitulada Projeto: Ações de Promoção Turística do Concelho, dizendo que, para se falar de turismo em Vila Franca do Campo, tornava-se necessário fazer um enquadramento geral. Referiu que nenhum turista se dirige a um destino porque tem o desejo de ir apenas a uma vila. Prosseguiu dizendo que o destino Açores geralmente motiva as populações a viajar e que cada ilha possui as suas idiossincrasias e belezas naturais que motiva os visitantes a visitá-las. Depois, em cada ilha existem concelhos e a participação destes, no conjunto geral, produz a riqueza e diversidade do destino turístico “Açores”, já mundialmente conhecido, e que tem registado um forte incremento nos anos mais recentes, após um período no qual os poderes públicos não se mostravam muito interessados no desenvolvimento turístico. ---
No que se refere ao concelho de Vila Franca do Campo, referiu que este tem características próprias, a começar pela natureza (lagoas, Ilhéu), a gastronomia (destaque para a Queijada da Vila), entre outras, sendo visível a importância do concelho. Referiu que, aquando da sua primeira tomada de posse, pensava que o mais importante era trazer grandes hotéis para Vila Franca do Campo, mas que atualmente não pensa assim, considerando que não acha adequado (numa perspetiva da sustentabilidade turística que se pretende para os Açores). Mais disse que existem unidades hoteleiras desconformes com a riqueza natural, sendo que as que são integradas na paisagem lhe parecem as mais adequadas. Porém, disse, era importante reter que a Câmara Municipal não possui o poder discricionário de aprovar projetos de hotéis, sendo que a lei enquadra aquelas que são as decisões de uma câmara municipal, excetuando o período atual em que a lei se encontra suspensa e esse poder está instituído no Conselho do Governo até que surja um regulamento próprio que contenha as normas, requisitos e características para aprovação de hotéis (designado por POTRAA – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma dos Açores). -----
Em nome da Câmara Municipal, agradeceu as intervenções do Eng.º Rui Correia, da Dra. Ana Rita Morgado e do Dr. Miguel Cravinho, e disse que o registo de alojamentos locais



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

em Vila Franca do Campo continha 127 estabelecimentos, mas que, de uma forma mais concreta, poder-se-ia falar no número de camas, ou seja, os 127 alojamentos turísticos totalizavam 580 camas. Mais disse que, se se pensava que um AL (alojamento local) tinha duas camas, a verdade é que esse valor, em média, era mais elevado. Referiu que às 580 camas acresciam mais 244 camas em unidades hoteleiras. -----

Prosseguiu informando que tinha dado entrada, na Câmara Municipal, dois novos projetos de hotéis, com as características de sustentabilidade referidas anteriormente e adequadas ao meio envolvente e que se enquadrariam bem no panorama regional. -----

Relativamente ao que tem sido feito pela Câmara Municipal para motivar a vinda de pessoas a Vila Franca do Campo, referiu que a câmara dispõe de uma excelente aplicação móvel - Explore Vila Franca do Campo – que mostra (e descreve) todos os pontos turísticos do concelho e, consoante a língua do equipamento do utilizador, a língua da aplicação é automaticamente adaptada. Para além disto, podem ser verificados todos os restaurantes e unidades de alojamento local, tendo sido convidados a fazer parte do projeto pela Câmara Municipal, sendo que os que não se encontravam presentes na app, tal acontecia por vontade própria dos respetivos proprietários dos estabelecimentos comerciais. Quanto à promoção em prospetivos físicos, informou que estava a ser preparado um atualizado, aguardando aprovação, mas que tinha dúvidas quanto à sua utilidade nos tempos atuais. -----

Prosseguiu dizendo que era necessário haver “âncoras” que pudessem chamar pessoas a Vila Franca do Campo. Referenciou (para além do Ilhéu de Vila Franca do Campo e das Queijadas da Vila) a existência de olarias – projetos visitáveis e experimentáveis para quem as visita; a existência de paisagens extraordinárias como a Senhora da Paz e a Lagoa do Congro. Relativamente ao Centro Interpretativo de Vila Franca do Campo, referiu que tal projeto sempre foi uma reivindicação da Câmara Municipal junto do Governo Regional. Mais disse que, três meses antes, se reuniu com um elemento do Governo com tutela sobre o Ilhéu para motivá-lo para a construção de um centro interpretativo. Quanto à localização, referiu ser discutível considerando que o património constitui uma área que desperta controvérsia: se deveriam mexer nas muralhas de um forte seiscentista ou se deveriam utilizar o edifício lateral que não tem a necessidade de perceção de “delicadeza”. -----

O edil prosseguiu dizendo que, em 2022, tinha sido colocado uma rubrica no orçamento da Câmara Municipal (de cento e vinte mil euros) para promoção turística do concelho, sendo que esta rubrica que pudesse motivar ações de divulgação turística era inexistente no orçamento. Aproveitou o momento para desafiar os membros da Assembleia Municipal e os *players* a apresentarem propostas, à Câmara Municipal, de divulgação de projetos turísticos e ações de marketing do concelho de Vila Franca do Campo. Referiu haver dificuldade de cooperação entre a Câmara Municipal e entidades privadas, mas que há sempre maneira legal de encontrar as formulações adequadas. Mais disse que a Câmara Municipal, a seu tempo, faria tal divulgação, mencionando que outros concelhos já o tinham feito em cooperação com a Câmara do Comércio, considerando que podem contratualizar tais ações com os empresários. Prosseguiu dizendo que, dois ou três anos



[Handwritten signatures]

antes, viviam uma situação financeira bastante difícil, sendo que não podiam dar “largas à imaginação” quanto ao destino do dinheiro que tinham para gerir, mas que, nos últimos dois anos, tem sido possível encontrar soluções que permitem que a Câmara Municipal possa ter ações diversificadas em benefício do concelho e da população, o que se insere numa política da Câmara Municipal, que tem ao seu dispor uma possível âncora de utilização (Açor Arena) que possui capacidade para albergar grandes eventos de diferente natureza, pelo que parte desse investimento pode ser utilizado em benefício da utilização do imóvel. Prosseguiu dizendo que Vila Franca do Campo tem qualidades intrínsecas por natureza, como o facto de ser o concelho com mais praias nos Açores, de dispor de rede WiFi em todas as freguesias e no centro de Vila Franca do Campo, de modo que os turistas podem utilizar meios digitais e estar em contato com o mundo. Terminou referindo que o que os move é terem uma ideia de divulgação para o concelho, mas que carece da participação dos *players* e que será a primeira vez que Vila Franca do Campo disporá de uma verba específica para ser utilizada em divulgação da imagem, do nome e do território de Vila Franca do Campo. Referiu ser melhor poder escutar e participar, ficando a aguardar que lhe colocassem questões, de modo a enriquecer a sessão. -----

O presidente da Assembleia Municipal disse que aceitavam o repto, pelo que apresentaria as propostas relativas a projetos turísticos e ações de marketing. -----

O presidente da Junta de Freguesia de Água d’Alto, Emanuel Santos, no uso da palavra que lhe foi conferido, começou por fazer um enquadramento da freguesia, constatando que esta também tem vindo a perder população, segundo os últimos censos. Quanto às infraestruturas turísticas, referiu a existência do Hotel Bahia Pestana (204 camas), de 22 alojamentos locais (111 camas). Referiu, igualmente, que um novo investimento privado estava em fase de projeto e licenciamento – Fogo Ecolodge – sobre o qual já se tinha reunido com os investidores por diversas vezes, quer para o apoio na localização de sistemas de abastecimento de água para aquela unidade hoteleira, como também teve oportunidade de apresentar os investidores privados a produtores da freguesia para, numa cooperação futura, poderem vender os seus bens e serviços à unidade hoteleira. Prosseguiu dizendo que Água d’Alto tem as melhores praias do concelho (Água d’Alto, Prainha, Pedreira e Degredo), mas infelizmente a praia da Pedreira – uma das melhores praias em termos de segurança – tem o seu acesso impedido, derivado da ocorrência de uma derrocada no ano anterior, que destruiu grande parte do acesso. Ainda sobre o mesmo assunto, referiu que a junta de freguesia contactou a Câmara Municipal e o Governo Regional, mas que, para sua infelicidade, na reunião a que assistiu no Conselho de Ilha realizada no dia vinte e cinco de outubro e onde foi discutida a proposta de orçamento do Governo Regional, não estava contemplada a recuperação do acesso à praia da Pedreira. Referiu que contactou a Secretaria do Ambiente por email, no mês anterior, não tendo obtido qualquer resposta. Contactou, igualmente, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para que uma respetiva comissão pudesse inquirir o senhor secretário, ao que lhe responderam que, na reunião que tinha tido no local, não foram apresentadas alternativas para o acesso à praia, o que não era verdade considerando que apresentaram duas propostas de locais onde poderia ser realizado um novo acesso, mas que o facto era



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Caoutr'.

que, no orçamento regional, não estava prevista nenhuma rubrica de recuperação do acesso à praia da Pedreira, durante o ano de 2023. -----

Prosseguiu dizendo que, no que se referia ao turismo ambiental, a freguesia é a única do concelho com dois trilhos homologados – trilho de acesso à Lagoa do Fogo e trilho das Quatro Fábricas da Luz e que tinha proposto a criação de um novo trilho à Câmara Municipal, chamado trilho do Pico da Praia, trilho já homologado e que faria a ligação entre o concelho de Lagoa (com o trilho da Rota da Água, Entre Túneis e Conduas e o trilho Rota da Água – Pedras Brancas) com o trilho de acesso à Lagoa do Fogo, ou seja, Lagoa ficaria conectada a Vila Franca do Campo. Referiu que iriam propor, em 2023, a criação de um trilho municipal (com cerca de 5km) que permitiria ligar o trilho da Lagoa do Fogo com a zona industrial de Vila Franca do Campo (apelidado Trilho da Rota da Água Azeda), ou seja, que a sua preocupação também é divulgar e trazer mais pessoas a Vila Franca do Campo e à freguesia de Água d’Alto. Em termos de eventos culturais, referiu a existência do festival intergeracional que dá a conhecer a cultura e as celebrações religiosas, e destacou o posto etnográfico (em fase de construção) onde serão exibidos vídeos culturais da freguesia e outros materiais audiovisuais, que permitirá que os visitantes possam aprender sobre a história e a cultura da freguesia. Mais disse que os comerciantes locais poderão lá colocar produtos à venda, mas, o objetivo principal é a divulgação turística sobre o concelho e a freguesia. Por fim, informou que será criado um roteiro para assinalar todos os pontos turísticos da freguesia. -----

O presidente da Junta de Freguesia de Ponta Garça, Rui Amaral, no uso da palavra que lhe foi conferido, elencou alguns pontos negativos que afetam a freguesia, de modo a poderem ser ali debatidos. Começou por constatar a ausência de um plano estratégico que envolva as seis freguesias, a falta de sinalética na freguesia, o abandono e a falta de manutenção de alguns pontos turísticos da freguesia (Praia da Amora, Castelo Branco, Cerrado dos Bezerros, Furada, Onze Águas), a ausência de um trilho (da responsabilidade do Governo Regional), embora lhe tenha sido indicado que poderá ser aberto um trilho que ligaria a freguesia à rede de trilhos da Povoação. Prosseguiu constatando a falta de acessos rápidos e que já tinha reivindicado uma nova variante ao Governo Regional, considerando que as pessoas passam em Vila Franca do Campo pela via rápida, seguem caminho para as Furnas e não param no concelho. Referiu existir alguma falta de transporte local (semelhante a um minibus) que pudesse efetuar o transporte de pessoas que estejam hospedadas em alojamentos locais. Referenciou um problema relacionado com os ecopontos de rua com lixo a céu aberto e que constituem autênticos aterros sanitários. Outro problema está relacionado com a falta de restauração na freguesia, considerando que apenas existe um, e que, embora seja afamado, é pouco para a freguesia. Relativamente a pontos positivos, fez referência à proximidade com as Furnas (centro “nefrálgico” do turismo), considerando que sempre que há um evento na Povoação/Furnas, os alojamentos locais de Ponta Garça são apetecíveis pela proximidade geográfica. Constatou que a população está mais sensibilizada para o turista estrangeiro, que é uma freguesia histórica (remontando ao povoamento da ilha), que tem o Solar dos Viscondes do Botelho e diversos outros pontos turísticos. Mais disse que tinham a famosa



Alves
Acord

massa sovada e, mais recentemente, a Queijada de Ponta Garça, o icónico farol de Ponta Garça, a Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Piedade e a Praia da Amora (atualmente abandonada), mas que é a joia da coroa de Ponta Garça, sendo muito procurada por turistas estrangeiros. Referiu que a Lagoa do Congro se localiza na freguesia, partilhando-a com Ribeira das Tainhas, sendo um local com grande procura para a prática de trilha, tendo o Governo Regional apresentado uma solução de estacionamento e acesso, inclusive, esperando que o mesmo não desvirtue o acesso à Lagoa do Congro, considerando que o acesso deveria ser pedonal. -----

Prosseguiu referindo que a junta de freguesia com o seu baixo orçamento, em colaboração com a Câmara Municipal, tem realizado campanhas de dinamização ao nível do eco freguesias, de limpeza e ajardinamento, de divulgação através de cartazes bilíngues/trilíngues. Referiu que uma das mais valias é o alojamento local, tendo bom relacionamento com todos os que se têm estabelecido em Ponta Garça, pois tem a consciência de que, embora sejam investimentos privados, canalizam turistas para a freguesia. -----

Terminou apelando ao edil que não se esquecesse das seis freguesias, considerando que o turismo não passa apenas pelo Ilhéu de Vila Franca do Campo ou pela Queijada da Vila, e esperando que houvesse cooperação entre todos. -----

O presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, Flávio Pacheco, no uso da palavra que lhe foi conferido, começou por contextualizar historicamente a freguesia. Prosseguiu referindo que têm desenvolvido projetos turísticos como o Roteiro das Olarias, que possui o seu próprio centro interpretativo, embora não possua tal denominação. Quanto a alojamentos locais, referiu que a freguesia conta atualmente com 20 alojamentos locais, possui uma pequena unidade hoteleira (Convento de São Francisco). Referiu que têm embelezado a freguesia com a colocação de floreiras em frente à Igreja de São Pedro, estando previsto a colocação de mais na zona da Rotunda dos Frades. Mais disse que tinham inaugurado, recentemente, o Miradouro do Tanque, um espaço muito visitado e utilizado pelos alojamentos locais para a promoção dos seus estabelecimentos. -----

Prosseguiu referindo que possuem um espaço privilegiado – Poço Largo – tendo lançado a ideia aquando da última sessão de assembleia municipal, de criarem um concurso de ideias para um projeto de requalificação da zona do Poço Largo. Referenciou, igualmente, alguns eventos culturais e religiosos da freguesia, com destaque para a Festa de São João da Vila, cuja maior parte dos festejos decorre na freguesia de São Pedro, atraindo muitos visitantes. Referiu, igualmente, que possuem o Festival de Folclore (que já caminha para a 7.ª edição) e o Festival Equestre, eventos realizados com o apoio da Câmara Municipal. O secretário da Junta de Freguesia de Ribeira Seca, José Humberto, em representação do presidente da Junta de Freguesia, referiu que a freguesia dispõe de algumas infraestruturas turísticas, sobretudo na praia da Vinha d'Areia, possuem diversos alojamentos locais, colaboram com diversas entidades, nomeadamente irmandades do Espírito Santo. No presente, pretendem desenvolver o turismo de natureza, através da criação do trilho da zona dos moinhos, (uma zona antiga da freguesia onde se desenvolveu atividade da olaria), sendo que no passado chegaram a existir 22 moinhos na referida zona. Prosseguiu



Assesora
Assesora

dizendo que, aquando da última reunião realizada com o executivo camarário, expuseram a ideia, tendo o presidente da Câmara ficado recetivo à mesma, tendo até proposto a aquisição e recuperação do antigo moinho para ser o futuro museu da zona. Referiu terem recebido a ideia com agrado, embora tenham a consciência que a junta de freguesia por si só não tem capacidade financeira para realizar tal investimento. Pediu que seja feita mais divulgação turística de todo o concelho de modo a atrair investidores para Vila Franca do Campo e para as suas freguesias, contribuindo, também, para aumentar o número de postos de trabalho. -----

O presidente da junta de freguesia de Ribeira das Tainhas, Arménio Jardim, referiu que o turismo é importante para o concelho e para todas as freguesias e que, tendo em conta o seu emprego que lhe permite circular por todos os concelhos da ilha e suas freguesias, tem perceção que quando há menos turistas, é notória a diminuição nas vendas que efetuam. Prosseguiu dizendo que, na freguesia da Ribeira das Tainhas, existem cerca de 200 casas, sendo que 20, que se encontravam fechadas, estão já associadas a alojamento local ou com uma venda para um cliente estrangeiro, o qual se decidir fixar cá a sua sede, posteriormente enviará familiares e amigos, pois leva uma boa imagem do município. Constatou que a freguesia dispõe do Calhau da Areia, considerado o “primeiro paraíso escondido dos Açores”. Referiu que partilham a Lagoa do Congro com Ponta Garça, que possuem alguns empresários sediados na freguesia e ainda dois potenciais investidores com projetos de alojamentos. No que se refere à beleza costeira, referiu que a costa da freguesia é muito convidativa, considerando que os quintais a sul ficam sobre a costa marítima, sendo apelativa para eventuais compradores. Terminou referindo que, se a procura está a aumentar, é importante que a oferta acompanhe a tendência. Mais disse ser importante fornecer um bom serviço a quem os visita, de modo que levem consigo uma boa imagem. -----

O presidente da Junta de Freguesia de São Miguel, Luís Gomes, referiu que o turismo nos Açores tem margem para crescer e que, embora o peso do turismo açoriano no panorama do turismo mundial seja muito baixo, faz diferença. Salientou que são necessárias estratégias para combater alguns desequilíbrios, sobretudo os relacionados com a sazonalidade do turismo (considerando que apenas há três meses mais fortes durante o ano). Sugeriu que, por exemplo, na época alta, se canalizasse o “excesso” de turistas para outras ilhas que não São Miguel, como também se deverão criar condições para a época baixa, de modo a atrair turistas para a região nos outros meses do ano, dando, assim, mais estabilidade aos empresários locais que, durante o inverno, têm de suportar toda uma estrutura que possui custos. Falando concretamente na freguesia de São Miguel, referiu existir dois tipos de turismo: o turismo dos que vêm de férias (que por sua vez se podem subdividir em turistas nacionais e estrangeiros) e o turismo religioso, entendendo que, para ambos os tipos de turismo, a freguesia de São Miguel tem grande potencial. Ainda sobre o turismo religioso, referenciou alguns locais como a Ermida de Nossa Senhora da Paz (que poderá se tornar num santuário) e festividades como a Festa do Bom Jesus da Pedra (que atrai estrangeiros que contribuem para a economia ao ficar hospedados em alojamentos locais), a Festa de São Miguel Arcaño e os Espíritos Santos, sendo tudo



festividades que promovem o turismo religioso. Prosseguiu referindo que a freguesia também tem grande potencial para o turista comum, como pela existência de um espaço de excelência para passearem (Avenida Vasco da Silveira), a Praia do Corpo Santo e o Ilhéu de Vila Franca do Campo. No que se refere a possíveis melhorias, referiu ter interesse em criar um percurso pedestre na zona da Mãe d'Água, e que poderá ser ligado ao Pico do Vento, ficando, assim, conectado aos percursos pedestres já existentes. Prosseguiu referindo a necessidade de mais sinalética e de renovação da existente, até porque, frequentemente, os sistemas de navegação GPS por vezes dão informações incorretas aos utilizadores, encaminhando-os para ruas sem sentido, por exemplo. Referiu ser necessário melhorar o acesso à Ermida de Nossa Senhora da Paz, bem como toda a rede viária da freguesia, pedindo para terem atenção para o plano urbanístico estabelecido para a freguesia, e referindo-se a um possível excesso de construções para o turismo, o que acaba por criar constrangimentos de estacionamento e para quem quer andar a pé, dando como exemplo a Rua do Penedo, onde as pessoas são obrigadas a circular na própria rua devido aos constrangimentos de estacionamento e circulação. Terminou apelando a uma participação conjunta, em benefício de todos os vila-franquenses. -----

O presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferido, agradeceu as intervenções de todos os presidentes de juntas de freguesia. Prosseguiu dizendo que, no que se referia à sinalética, a Câmara Municipal estava a preparar o Plano de Mobilidade do concelho. Referiu que estava prevista a abertura de uma rubrica de sinalização no Plano e Orçamento para 2023, e que, após o término do Plano de Mobilidade, iriam rever a sinalética adequada, adequando-a ao plano elaborado. Mais disse que o concurso de ideias para o Poço Largo tinha ficado sinalizado, vincado por uma proposta do PSD na Câmara Municipal e que estava aprovado, embora com os votos contra dos vereadores do PSD. -----

Prosseguiu dizendo que necessitava de esclarecer a questão referente a benefícios fiscais, pois não possuem capacidade de isentar e de conceder benefícios fiscais no que diz respeito a taxas municipais ou de qualquer natureza, pois não é uma competência expressa da Câmara Municipal na conjuntura que se vive, considerando que a baixa de impostos requer o envolvimento de outras entidades. -----

O presidente da Câmara prosseguiu e referiu que possuem um projeto finalizado para a Ermida de Nossa Senhora da Paz que mereceu a aprovação do senhor Ouvidor, o qual será apresentado ao Governo Regional a curto prazo, sendo que existe uma rubrica, para o efeito, com o valor de €300.000,00 (trezentos mil euros) inscrita no Plano e Orçamento para o ano seguinte. Mais disse que, catapultado com os fundos comunitários, a obra poderia atingir os €2.000.000,00 (dois milhões de euros), reservando para a câmara municipal toda a participação económica e deixando a participação geral para os fundos comunitários correspondente a 85%. Prosseguiu referindo que a questão do plano urbanístico era sempre uma contradição difícil de resolver no que se referia aos residentes, nomeadamente até que ponto prejudicava os residentes em benefício do turismo, sendo uma dicotomia difícil de gerir que competia aos municípios e aos governos, mas difícil de gerir. Prosseguiu dizendo que qualquer atividade económica, para ser considerada



Handwritten signature and initials in blue ink.

atividade económica, tem de ter dimensão e que se tiverem um pequeno nicho de turismo, que isso seria “nada”, mas que, tendo a dimensão que é necessária para ser considerada uma atividade económica pujante, que cria postos de trabalho e mexe com a economia, tal tem consequências nos habitantes, inevitavelmente, não havendo forma de o dizer com outras palavras. O que é necessário é que saibam encontrar o equilíbrio entre as necessidades que a ilha de São Miguel e os Açores têm, no que diz respeito ao número de visitantes que aqui podem caber, havendo poucos países no mundo que limitaram a entrada de turistas, lembrando-se apenas do Butão que tem tal política há muitos anos, ou a cidade de Veneza que limitou entradas e outras que iriam adotar tais políticas. Mais disse que os Açores estão muito distantes de tal domínio, mas daquilo que os poderes públicos têm no sentido de gerir os fluxos turísticos, os Açores estão longe de pensar em limitações. Mais disse que, se calhar, dever-se-ia pensar em limitações de acesso a determinados locais. Referiu que o ilhéu de Vila Franca do Campo é pioneiro na área, mas que talvez fosse necessário pensar noutros locais onde também seja necessário limitar o número de acessos e também gerir de forma eficaz o próprio acesso de viaturas e de carros, ou seja, a mobilidade para esses acessos. -----

O presidente da Assembleia abriu o período de intervenção do público, tendo-se registado as inscrições dos senhores André Branco, Pedro Arruda e José Fernando. -----

O senhor André Branco, no uso da palavra que lhe foi conferido, sugeriu a construção de um pontão flutuante na baía central da marina de Vila Franca do Campo. Prosseguiu referindo pensar ser um dos mais jovens empreendedores marítimo-turísticos vila-franquenses, embora não menos experiente no ramo da vela de cruzeiro. Disse que, após mais de dez anos a trabalhar no ramo da vela de cruzeiro a nível internacional, neste momento tem cinco anos de operação nos Açores, levando turistas a navegar por todas as ilhas e verificando, por experiência própria, um aumento explosivo do mediatismo de cruzeiro nos Açores. Referiu que as marinas, a partir de maio com a chegada de cruzeiros das Américas, ficam lotadas, pelo que a marina de Vila Franca do Campo é muito apetecível, naturalmente, pela sua arquitetura e posição central na ilha. Mais disse que havia espaço para uma obra que, a seu ver, não requeria grande financiamento, que seria a instalação de um pontão flutuante que poderia chegar aos cinquenta metros de comprimento, aproveitando o cais de betão existente na zona onde as pessoas aguardam pelo barco para o Ilhéu. Sugeriu que se deveria estudar uma hipótese sobre a melhor forma de executar tal instalação. Mais disse que o calado na zona é de cerca de cinco metros, e que este corresponde à profundidade do mar durante a maré baixa, no interior da marina, e que favorecia a visita e a pernoita de iates de grandes dimensões, o que significava maiores *budgets*, o que poderia se refletir em valores rentáveis para que a própria marina conseguisse garantir uma manutenção de excelência das suas infraestruturas. Referiu que uma oferta como a atual carecia da formação dos vigias ou dos marinheiros, com a finalidade de assistirem os visitantes tanto a nível físico durante as manobras a atracarem e desatracarem, como a nível de comunicação rádio VHF e telefone, oferecendo, assim, uma estadia com receção de qualidade, ao contrário da reputação medíocre que a marina tem na boca dos iatistas que por aqui passam, já tendo



Assa
Assa

ouvido falar muito mal da marina, infelizmente. Referiu que o iatista geralmente chega à marina de Vila Franca do Campo e é “mandado” para Ponta Delgada, por vezes “aos gritos” e que, por vezes, tal comportamento lhe é transmitido diretamente, sentindo-se envergonhado pessoalmente. Mais disse que o iatista geralmente não come no barco quando está acostado em terra, gastando o dinheiro no aprovisionamento, nas comidas, nas reparações e a visitar as freguesias do concelho, acreditando ser uma possibilidade que poderia trazer mais-valias ao concelho, considerando se tratar de uma vila com muito mar para oferecer. -----

O senhor Pedro Arruda, no uso da palavra que lhe foi conferido, começou por felicitar a Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo pela iniciativa, não tendo ideia que outra iniciativa do género tivesse sido realizada em São Miguel, pelo menos em tempos recentes, em que, por iniciativa das assembleias municipais, se chamasse as forças vivas do concelho a participar na discussão, num tema que lhe parecia fundamental e importante, nomeadamente o turismo, que era um tema transversal que afetava todos no concelho. Prosseguiu dizendo que queria acrescentar alguns contributos baseado naquilo que os seus hóspedes lhe transmitiam, sendo que possuía uma pequena unidade de alojamento local que funcionava quase em regime de turismo de habitação, e que os seus hóspedes lhe transmitiam as suas ideias, preocupação e reflexões das suas estadias, pelo que começava por chamar a atenção para a centralidade. Referiu existir uma realidade que as pessoas não estavam despertas, nomeadamente o facto de a maioria dos hóspedes e visitantes estrangeiros em São Miguel percorrerem a ilha toda ao longo da sua estadia, ou seja, que não permaneciam uma semana em São Miguel pernoitando só em Ponta Delgada, mas sim duas noites em Ponta Delgada, duas noites em Vila Franca do Campo, outras duas na Povoação, etc. e que a ideia de centralidade de Vila Franca do Campo pelo circuito de circulação pela ilha é muito importante, pois dá ao concelho a possibilidade de tentar prolongar as estadias no concelho, o que teria de ser feito através do aumento dos fatores de atratividade. Referiu que, pela sua experiência, havia quatro grandes fatores de atratividade no concelho dentro do contexto do turismo na ilha de São Miguel, sendo o primeiro o Ilhéu de Vila Franca do Campo, um ícone e um marco que está registado no *mindset* do turista quando este ainda está em casa a pesquisar sobre os Açores, pelo que o Ilhéu surge sempre no topo da lista. Prosseguiu questionando de que forma poderiam potenciar mais o Ilhéu, salvaguardando a questão de ser uma reserva natural e de possuir limitações à sua visita, mas que a verdade é que o Ilhéu é o que mais atrai turistas a Vila Franca do Campo, é o que os turistas mais conhecem *a priori*. Prosseguiu referindo a questão das praias, considerando que, de todos os concelhos da ilha de São Miguel, Vila Franca do Campo é o mais costeiro, o que possui maior oferta de zonas balneares, mais próximas e, possivelmente, as com melhor qualidade e acessibilidade. Prosseguiu referindo a questão do trilho da Lagoa do Fogo, considerando um fator de atratividade forte para o concelho, considerando que a grande maioria dos que visitam São Miguel, sobretudo os estrangeiros, na sua maioria (até 90%, a seu ver), vêm para andar a pé e querem andar a pé não em ambientes urbanos, mas em ambiente de trilho, ou seja, na natureza, pelo que ficou satisfeito por observar que os diversos presidentes de juntas



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

presentes referiram ter preocupações e projetos quanto à criação de novos trilhos. Por fim, o quarto fator de atratividade estava relacionado com o fator marítimo-turístico, tanto no mergulho como no whale watching. Prosseguiu dizendo que os grandes desafios do turismo, para qualquer empresário, estão relacionados com a sazonalidade e com o aumento da estada média. No caso da sazonalidade, referiu ser um problema crónico e difícil de combater, pois irá sempre haver verão, irão sempre haver férias escolares, que mesmo tendo turistas reformados que já não têm os filhos em casa consigo (os *empty nesters*), existem condicionantes àquilo que pode ser o combate à sazonalidade, que felizmente já existe uma época turística que se estende de março a outubro, e que para se melhorar as taxas de ocupação nas épocas da primavera e outono era necessário qualificar ou aumentar os fatores de atratividade. Prosseguiu dizendo que, no que se referia à questão da orla marítima e das zonas balneares, achava ser fundamental aumentar o período da época banhar em algumas praias icónicas do concelho, dotando-as de nadadores-salvadores por uma época mais prolongada, inclusive parecendo-lhe que, quer na praia da Vinha d'Areia quer, futuramente, na praia do Corpo Santo, poder-se-ia considerar a hipótese de terem equipas profissionais permanentes de nadadores-salvadores, acreditando que seria um elemento de qualificação muito importante para a oferta existente em termos de zonas balneares. Prosseguiu referindo ser fundamental e importante rever a forma de acesso ao Ilhéu, nomeadamente os tempos de espera no cais, a necessidade de uma zona de espera coberta, considerando que muitos turistas vêm com as suas famílias e, por vezes, acabam por passar muito tempo ao sol à espera do barco para poderem ir ao Ilhéu, parecendo-lhe ser um dos maiores fatores de queixa que as pessoas têm. Por fim, no que respeitava aos trilhos, de acordo com a legislação em vigor, referiu que as juntas de freguesia e as câmaras municipais até têm um papel efetivo e importante na prepositura de trilhos ao Governo Regional, no sentido de serem licenciados ou homologados, havendo inclusive a abertura para a homologação de trilhos municipais e um grande trabalho a ser feito em Vila Franca do Campo, dando o exemplo do concelho da Ribeira Grande que tem feito um trabalho extremamente interessante e importante naquele sentido. Mais disse que, por vezes, mais valia ter um bom trilho grande, uma grande rota circular, do que vários trilhos pequenos, sugerindo que os senhores presidentes das juntas de freguesia e o senhor presidente da Câmara se juntassem todos, olhassem para o mapa e juntassem aqueles trilhos, que não pensassem em criar trilhos de dois, cinco quilómetros que não são atrativos para os turistas. Por fim, fez referência a uma responsabilidade que não era só da responsabilidade das câmaras municipais ou das juntas de freguesia, mas de todos os cidadãos, e que estava relacionado com a necessidade de se ter de fazer um esforço quanto à recolha do lixo, aos locais e à forma como o mesmo é depositado, considerando os dias, as manhãs, dias e semanas em que o lixo é depositado de forma desleixada, sendo uma crítica que recebe com frequência. Terminou felicitando a Mesa da Assembleia Municipal de Vila Franca do Campo por considerar ser uma iniciativa muito importante e interessante, que deveria ser repercutida noutros concelhos. -----

O senhor José Fernando, no uso da palavra que lhe foi conferido, referindo-se ao



alojamento local, começou por dar o exemplo de uma pessoa que compra uma casa e depois constrói seis apartamentos, referindo-se a uma situação passada e que, na altura, o presidente da Câmara referiu que estava relacionado com a Secretaria da Habitação, que contactou a mesma secretaria e que esta lhe disse que a responsabilidade de criar as condições dos alojamentos locais era da câmara municipal, e que achava que quando se construíam alojamentos locais era necessário criar condições de estacionamento, o que não se verificava em Vila Franca do Campo, considerando que é um caos, não se conseguindo circular nas ruas com o excesso de carros, sendo um problema gravíssimo e comentado por muitos cidadãos vila-franquenses. No que respeitava ao lixo, referiu que o seu problema ficou resolvido após ameaças na Câmara de que existiam pessoas a depositar lixo e que depois de colocarem uma placa a avisar da aplicação de multa de dois mil euros, que o problema ficou resolvido. Mais disse que as pessoas têm de ser responsabilizadas pelos seus atos. No que respeitava ao património, disse que possuíam um armazém – o armazém dos Pareces – que era o único ponto de referência entre Vila do Porto e Vila Franca do Campo, e que foi destruído pela Câmara Municipal para construir o acesso da Avenida da Europa ao Porto de Vila Franca, achando que não havia necessidade de a câmara ter destruído o referido armazém. Disse que a ideia era trazer os barcos pelo *travel lift* do porto de pescas para a marina, mas que tal não resulta porque o equipamento não funciona em planos inclinados, pelo que estava lá uma obra em betão, na qual se gastou muito dinheiro, e que não servia para nada. Prosseguiu fazendo referência à questão do futuro aumento das águas do mar, que Ponta Delgada iria fazer um investimento de €40.000.000,00 (quarenta milhões de euros) para aumentar a quota do porto de pescas, e que em Vila Franca tinham feito a mesma quota da obra antiga, que já várias vezes teve inundações. Mais disse que se houvesse uma baixa de pressão com lua cheia, que mudaria tudo, pelo que a quota deveria ser mais alta. Referiu que em todo o mundo se está a aumentar o nível dos cais devido ao aumento do nível do mar. Prosseguiu dizendo que, quando foi construído o acesso da Avenida Europa para o porto de pescas, foram destruídas três casas de apetrecho para permitir a deslocação do *travel lift* para a marina, mas que afinal não funcionam e que estão três contentores a substituir as casas de apetrecho, a apodrecer em cima do cais, sendo uma vergonha para quem os visita, bastando olhar para a falta de respeito no Forte do Tagarete que está rodeado de lixo à sua volta. Referiu que a sua empresa operava em Ponta Delgada, mas que era natural de Vila Franca do Campo e que adorava a sua terra, achando ser necessário criar condições para os turistas os visitarem, os quais deveriam ser tratados como familiares. - O presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra que lhe foi conferido, agradeceu as intervenções de todos e disse que aquele tipo de reuniões era sempre importante, que ouvir opiniões era sempre salutar, sendo que das ideias poderiam surgir decisões. Referiu que, no que se referia à marina de Vila Franca do Campo, achou que foi uma ótima ideia do presidente Rui Melo ter construído uma marina em Vila Franca do Campo, achando que qualifica os espaços, é um sítio de aprazível lazer, sendo um ponto importante em termos turísticos, nas vilas e cidades. Porém, disse, a marina de Vila Franca do Campo foi concebida para satisfazer as necessidades locais e não para satisfazer as necessidades



de quem vem de fora. Mais disse que não foi criada com aquela dimensão, não foi criada com as devidas competências para receber iatistas, como o André muito bem saberia, pois qualquer iate que aportasse em Vila Franca do Campo vindo de fora da Europa, não podia, porque não existe SEF, não existe polícia de estrangeiros e fronteiras, pelo que não é possível aportar, como primeiro posto, em Vila Franca do Campo. Portanto, disse, a lógica de aportar de iates vindos do estrangeiro está a cargo de Ponta Delgada que tem aquele destino e qualificação. Referiu que a atual câmara já acrescentou um pontão à marina. Confessou que não constitui, para a atual câmara municipal, uma prioridade construir mais um pontão na marina. Mais disse que, pelo menos nos dois anos seguintes, não era uma prioridade construir mais um pontão na marina, na medida em que, como tinha referido, a sua funcionalidade esgota-se, na sua maioria, para os locais, quer sejam vila-franquenses ou de outros concelhos, e que a passagem de iates, embora de salutar, como referido, pois poderiam ser quatro, oito, dez, o que seria sempre bom, mas que o investimento que é necessário não é um que ele considere como prioritário para Vila Franca do Campo. Referiu que as necessidades do concelho radicam ainda em necessidades mais básicas e do coletivo da comunidade e não do investimento de infraestruturas que são complementares e que devem ser usadas e ter a sua utilidade, mas confessou não estar nos seus horizontes próximos a construção de mais um pontão na marina, mas reconhecendo que, se houver excesso de dinheiro na câmara, aquele seria um bom investimento. Terminou concordando genericamente, referindo que não estava em desacordo, mas que se referia à priorização daqueles que são os recursos da câmara, que já fez algum investimento ao ter colocado mais um pontão, mas reconhecendo que seria ótimo colocar mais um. -----

O presidente da Câmara prosseguiu e, quanto ao que tinha sido dito pelo senhor Pedro Arruda, concordava com quase tudo. Prosseguiu dizendo que teriam em atenção o aumento da época balnear dentro das suas capacidades, sendo uma das atividades que requer alguns recursos financeiros, não sendo tão barato quanto pudesse parecer à primeira vista, mas reconhecia a importância de se aumentar. Mais disse que, no presente ano, já tinham aumentado ligeiramente a época balnear. Quanto aos trilhos referiu ser uma necessidade de todos, que têm vindo a aumentá-los, designadamente como tinha explicado o senhor presidente das juntas de Água d'Alto e Ponta Garça, informando que já tinham limpado a zona do tufo, e que agora era só ligá-la à Ribeira Quente, sendo uma hipótese que fazia sentido, não sabendo se seria mais difícil ligar Ponta Garça a Vila Franca por trilho e que iriam ver a melhor hipótese, acreditando que chegariam lá. Quanto à recolha do lixo, referiu que gostariam que todos os cidadãos fossem civilizados, sendo aquela a principal questão, considerando que a cidadania de cada um é muito importante para a vivência coletiva, e que quando se queixam dos ecopontos, e com razão, estavam-se a queixar das pessoas, porque competia à câmara contratar uma empresa para recolher o lixo, não para depositar o lixo, e que quem deposita são os cidadãos, sendo incrível que nos ecopontos destinados a resíduos valorizáveis (papel, vidro, plástico) se observasse resíduos indiferenciados, que não pertencem ali. Mais estupefacto ficava quando é certo que em Vila Franca do Campo existe recolha de lixo porta a porta, quando há, ainda,



idades em São Miguel que não têm o mesmo serviço, pelo que era muito estranho que tal acontecesse. Mais disse que não sabiam mais o que fazer que não fosse retirar a maior parte dos ecopontos, sendo uma decisão que estava em cima da mesa por não haver outra forma de controlar. Referiu que não se podem colocar câmaras de segurança na via pública, salvo raras exceções, que não é possível ter um fiscal em cada ecoponto, como também receava que, quem prevarica, o faz no silêncio da noite por ter perfeita consciência que está a cometer um erro. Referiu ser um problema que possuem, que tentariam resolver e que a resolução passaria, a seu ver, inevitavelmente, por retirar a maior parte dos ecopontos existentes. Relativamente à intervenção do senhor José Fernando, referiu que não gostava de empurrar para o Governo Regional, e que sempre que uma competência era da Câmara Municipal, tinham de a assumir, e que sempre algum munícipe levantava alguma questão que era competência do Governo Regional, que deveria ser a câmara a comunicar com o Governo Regional para resolver a situação, sendo assim que os poderes públicos deveriam interagir. Quanto ao alojamento local, referiu que em alguns alojamentos locais de casas anteriores a 1951, o averbamento era uma mera formalidade, pelo que hoje, em termos de segurança (dos fogões se estão em condições, etc.) mas que era uma formalidade, porque assim determinava a lei. Seguidamente, para os alojamentos locais posteriores a 1951, eram chamadas outras áreas do Governo Regional a verificar se estão em condições. Referiu que não é requisito do AL ter estacionamento, pelo que a câmara, por mais que queira dizer que vão ou não licenciar ou averbar porque um senhor não possui estacionamento, tal ação seria ilegal e não o podem fazer. No entanto entendia o que o senhor dizia, que o tema era ainda mais preocupante em Ponta Delgada do que em Vila Franca do Campo, mas que entendia que é uma dificuldade existente, mas reforçou que não era um requisito do averbamento do AL ter estacionamento, daí que existia alguma dificuldade em agir na prática por não ser um requisito legal. Prosseguiu dizendo que as suas considerações eram de registar, que o armazém já não existia, que sabia que o nível do mar estava a subir e teria em atenção a quota referida, e quanto às questões do porto de pescas, era uma competência da Lotação e que a câmara municipal, em conversações com a mesma, tentaria sempre encontrar a melhor solução. Referiu que as preocupações da câmara municipal eram essencialmente com os vila-franquenses. Disse que os turistas, na verdade, chegam e devem ser bem tratados, mas o que move a câmara municipal são os vila-franquenses, pelo que não deixaria de se preocupar com os vila-franquenses em propósito do bem estar dos turistas. Mais disse que a sua prioridade era o bem estar dos vila-franquenses e só depois vinha o bem estar dos turistas, sendo a filosofia que seguiu nas instituições públicas que serviu, entendendo que os locais são a principal preocupação e que tudo faria para zelar pelos seus interesses, compaginando aquilo que é o interesse regional de uma atividade económica importante, deixando passar a agricultura e alguns lavradores presentes que, na verdade, pela a falta de mão de obra na agricultura, pelas transformações que têm assistido, é natural que o turismo continue a ser uma atividade económica com grande relevância nos Açores e onde se encontrarão soluções para emprego, para gerar riqueza, quer seja nos alojamentos locais, na restauração, ou noutras atividades conexas com



atividades turísticas. Reforçou que a preocupação são os locais. -----

O presidente da Assembleia Municipal deu início ao período de intervenção dos deputados municipais. -----

A deputada municipal Teresina Teixeira, no uso da palavra que lhe foi conferida, referiu que tinha sido com grande interesse que tinha assistido à apresentação do Eng.º Rui Correia relativamente à importância do alojamento local no enquadramento socioeconómico da Região Autónoma dos Açores, mais concretamente em Vila Franca do Campo, acreditando ser transversal à realidade regional. Prosseguiu dizendo que, relativamente ao tema, observava a importância do alojamento, mas não observava nenhum estudo sobre as possíveis consequências daqueles alojamentos locais. Mais disse que sabiam quais os impactos económicos a nível regional, referenciadas por diversos estudos realizados no setor dos transportes, como rent-a-cars, transportes aéreos e da restauração. Questionou qual o impacto que o crescimento destes alojamentos locais terá relativamente à clivagem que existe entre a oferta de habitação para alojamento e a existente para arrendamento. -----

O Eng.º Rui Correia, no uso da palavra que lhe foi conferido, referiu que, durante a sua apresentação, mostrou, de forma sucinta, que de facto existe um impacto naquele que é a habitação como um todo, sendo que para Vila Franca do Campo, o ALv representa 3.7%, mas que também podiam analisar os censos e procurar ver qual o nível de crescimento que houve na habitação, achando que possivelmente as pessoas ficariam admiradas ao saberem que tinha crescido muito pouco. Mais disse que a comparação entre o alojamento local vs. arrendamento, no seu entender advém sobretudo de notícias de outras cidades e de realidades diferentes da açoriana. Referiu que a maioria dos AL que foram registados nos Açores são essencialmente como segundas habitações, sendo que algumas já tinham esta prática de forma ilegal, tendo apenas se registado no presente. Prosseguiu dizendo que o mercado de arrendamento não é apetecível para a maioria das pessoas, independentemente de se pensar que as rendas são muito altas, mas que a nível de legislação era muito defensora dos inquilinos, pelo que o risco era muito grande. Mais disse que poderia relatar diversas más experiências referentes a arrendamento, afirmando que o problema do arrendamento não era um problema do alojamento local, lembrando os *vistos gold* que têm vindo a aumentar os preços das casas, a especulação, etc. Mais disse que era necessário entender que os emigrantes neste momento têm o maior poder de compra e estão começando a comprar muito mais do que compravam dez anos antes, estando a comprar para AL, provavelmente até para os três ou quatro meses da época alta, por não estarem preocupados em combater a sazonalidade. Mais disse que os valores existiam, mas que a relação direta onde se procurava constantemente implicar o AL, era algo que, se analisassem os indicadores, não era assim tão verdade, não sendo uma relação direta, ou seja, que havia menos arrendamento devido a mais AL, não se tratando do caso por haver mais fatores a considerar. No entanto, admitia que havia uma certa pressão sobre o mesmo em determinadas zonas mais apetecíveis, mas que também era necessário entender que tinha ocorrido uma grande recuperação de imóveis que estavam sem qualquer utilidade, mas que considerar constantemente que o alojamento local era uma



espécie de “bicho papão” responsável por haver menos arrendamento, achava não ser o caminho que os Açores deviam seguir, por serem formas de pensar de realidades diferentes. -----

O deputado municipal Hélder Medeiros, no uso da palavra que lhe foi conferido, começou por dirigir a primeira palavra aos empresários presentes, agradecendo a sua presença e resiliência e capacidade de se manterem em Vila Franca do Campo, e lutarem fortemente aos apelos ou outras condições que lhes possam ser dadas para poderem ampliar ou aumentar consideravelmente a escala da sua produção e ganho, muitas vezes, por terem história e família no concelho, ou por escolherem cá estar, sem diferença para aqueles que são vila-franquenses nascidos como eles. Referiu que ouviu o senhor Pedro Furtado a dizer que era histórico a assembleia municipal chamar o público, os empresários, para lhes fazer chegar ao poder local, e para saber quais as suas exigências e vontades, pelo que julgou que iriam estar ali numa ação histórica, um ponto de viragem, por crer que eram naqueles eventos que algo diferente se fazia, mas que tinham ficado logradas todas as expetativas quando na realidade se apercebeu que a promoção de Vila Franca do Campo, ou pelo menos as ações de promoção turística, não só acabou por não saber quais eram, ou seja, na realidade não existiam e, para além de tal, parecia que a promoção turística do concelho e do turismo não eram uma prioridade e que esta era as pessoas. Mais disse que tinham aí presentes pessoas que eram prioridade e que eram os empresários, mas que o problema era que não eram vistos como prioridade nos últimos anos, por não haver nenhum projeto económico para Vila Franca do Campo. Referiu que o turismo, para poder singrar, tem de ter uma base de desenvolvimento económico que o possa suportar, sendo que o mínimo tinha de ser feito. Mais disse que tinham perdido mais de 8,4% da população nos últimos dez anos, segundo dados do INE, que não tinham condições sanitárias condignas espalhadas pelo concelho como deveriam ter se queriam ter condições para servir aqueles que o visitam. Referiu que, infelizmente, não existe mercado de habitação nem para arrendar, nem investimento em habitação, há mais de quinze anos, sendo que o AL não é o bicho papão pelo problema de as pessoas não terem acesso à habitação. Prosseguiu dizendo que as pessoas não têm acesso à habitação em Vila Franca do Campo por não haver qualquer investimento camarário na mesma, nem habitação social, nem a custos controlados, nem sequer projetos de reabilitação urbana como outros concelhos fizeram. Mais disse que não é por falta de haver sindicância não só na assembleia municipal, mas como também muitos *players* do tecido económico o têm feito, mas que na realidade não tem havido aquela prioridade, sendo um flagelo em Vila Franca do Campo, ter pessoas desesperadas à procura de um local para poder viver e nada ser feito, que estamos a perder população porque as pessoas vão atrás do dinheiro – follow the money – ou seja vão procurar melhores condições de vida. Referiu que observou, no INE, o que acontece ao top 5-6 dos maiores empresários de Vila Franca do Campo, tendo em conta a faturação. Prosseguiu dizendo que tinha a alegria de ter alguns deles ali presentes, sendo que nos últimos quinze anos não tinha havido nenhuma alteração, devendo ter ocorrido. Mais disse que são um concelho de pessoas trabalhadoras, resilientes e capazes, e que o problema é que os jovens e menos jovens não



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

têm capacidade de abrir os seus negócios por mais pequenos que sejam, ou até de start-up de início, por nem sequer terem um sítio onde possam domiciliar a sua empresa ou desenvolver a sua atividade, sendo inexistente. Referiu que esperava que aquele fosse um ponto de viragem para que tal acontecesse, pois continuavam a não ter nenhum investimento empresarial, que os seus empresários estavam deixados à sua sorte, e que na realidade, de que forma queriam fixar jovens, abrir empresas, dotar as condições daqueles senhores empresários para poderem desenvolver as suas atividades com mais pujança, pois se eles assim fizessem, era mais emprego que estavam a gerar, eram mais impostos que estavam a gerar para os cofres da autarquia, e mais a autarquia poderia fazer em benefício daqueles que eram, efetivamente, a sua prioridade, Mais disse que o turismo e as atividades turísticas correspondiam apenas a uma atividade ou várias atividades económicas, não era o “salvamento” e que quando falavam em turismo tinham efetivamente de preparar todo o resto como se fosse “terra fértil num vaso para que as sementes do turismo pudessem germinar”. Mais disse que faltava fazer tudo em Vila Franca do Campo, que tinha ouvido ali pessoas sem qualquer tipo de ambição ou filiação político-partidária, falar em vergonha, em falta de projetos, em falta de prioridade, sendo eles os empresários que estavam ali a pedir responsabilização, sendo que aquelas pessoas tinham de ser ouvidas, e tinha de se contrariar aquilo que as mesmas estavam dizendo, tornando como prioridade aquilo que tinham referido. Referiu que estavam entre dois polos de atração natural de São Miguel, nomeadamente entre Ponta Delgada e as Furnas, pelo que não beneficiavam nada nem faziam por tal. Disse que quanto à promoção turística que tem sido feita e à valorização do património, tirava o chapéu aos presidentes de junta, sentindo-se verdadeiramente orgulhoso de todos os presidentes de juntas que ali estiveram a valorizar o seu património, a dar ideias dos roteiros, das interligações, daquilo que podiam fazer, para tornar o concelho mais sustentável em termos da atratividade que foi ali falada, mas que também eram eles quem tinham a menor capacidade para o fazer por não terem orçamento para tal. Mais disse que a prioridade às pessoas e a prioridade aos empresários tinha de ser feita através de um plano prático e não apenas como filosofia. Quanto ao turismo, referiu que podia ser uma baía de salvação para o concelho, mas que do ponto de vista económico estava muito mal, considerando que a média do rendimento das famílias em Vila Franca do Campo era cerca de 890€, pouco acima do salário mínimo regional, novamente dados do INE. Quanto ao que o senhor José Fernando tinha dito, referiu que todas as questões de sinalética e de mobilidade, já há oito anos que a comissão de trânsito não se reunia, sendo necessário dar caminho naquele sentido. -----
O presidente da Câmara Municipal informou que, ao contrário de todas as intervenções até então apresentadas, a última tinha sido manifestamente político-partidária, pelo que não iria responder. -----
A deputada municipal Margarida Pinheiro, no uso da palavra que lhe foi conferida, apresentou uma proposta na qual a Câmara Municipal poderia estabelecer um protocolo com a Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, de modo a levar a efeito uma campanha de apoio à restauração onde as crianças até aos doze anos de idade não pagariam a refeição nos restaurantes do concelho que aderissem à campanha, salientando



que aquele tipo de iniciativa já era realizada no concelho da Ribeira Grande, o qual funcionava muito bem. -----

O presidente da Câmara Municipal referiu que era uma sugestão, que tal como tinha sido dito, já havia experiência noutros concelhos com a realização de protocolos com instituições do género como a Câmara do Comércio, pelo que podia ser uma ideia a protagonizar no ano seguinte. -----

O presidente da Assembleia Municipal agradeceu a participação de todos os convidados, público, deputados e presidente da Câmara Municipal, pelo que permitiriam refletir, discutir e acrescentar, permitindo que aquele primeiro debate sobre o estado do município de Vila Franca do Campo tenha sido bastante frutuoso, acreditando ter sido uma excelente opção daquela assembleia municipal naquele que é um dos seus principais objetivos: cooperar ativamente com a câmara municipal. Mais disse que seriam elaboradas as conclusões do debate e que as mesmas seriam entregues ao senhor presidente da câmara. Desejou algumas palavras de apreço à professora Eugénia Leal, esperando não ter defraudado as expetativas e desejando uma boa noite a todos. -----

Não havendo outros assuntos a tratar e sendo vinte e duas horas cinquenta minutos, o senhor Presidente da Assembleia, Bruno Machado, declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se elaborou a presente ata que eu, Maria Helena de Rodrigues e Ponte, Secretária da Mesa da Assembleia, mandei escrever e subscrevo. -----

Declaro ainda que a presente ata contém vinte e quatro folhas. -----

Amélia Sousa

Helena Ponte



Debate sobre o Estado do Município

24-11-2022

Tema: O turismo

CONCLUSÕES.

Após o debate em sessão de Assembleia Municipal em que os intervenientes discutiram o tema do turismo no nosso concelho, importa agora agregar as conclusões do mesmo.

Os intervenientes foram o Eng.^o Rui Correia com o tema “A importância do AL no enquadramento socioeconómico da RAA – Vila Franca do Campo”, a Dra. Ana Rita Morgado com o tema “A Queijada da Vila, uma história de sucesso”, e o Dr. Miguel Cravinho com o tema “Centro de Interpretação do Ilhéu de Vila Franca do Campo, um capricho ou uma necessidade?”.

Importa salientar que, no concelho, estão disponíveis 120 alojamentos locais, que a marca Açores contribui para a divulgação e promoção dos artigos confeccionados com produtos açorianos e que a vertente marítima está sempre presente e é uma mais valia turística.

O concelho é servido por boas vias de acesso, é provido de praias de excelente qualidade, trilhos homologados, tem o ilhéu como referência no turismo de natureza e lazer, o santuário da Senhora da Paz como referência no turismo religioso e diversas iguarias gastronómicas com grande potencial turístico das quais se pode destacar a queijada da vila e a massa sovada da Ponta Garça como exemplos.

As características próprias do concelho permitem um turismo sustentável, mas muito mais se pode fazer de modo a melhorar a qualidade e aumentar o potencial turístico. Como tal importa promover a integração de todos os *players* turísticos na promoção do concelho, bem como, acrescentar novas referências às referências já existentes com vista a atrair mais turismo.



Melhorar a rede de transportes públicos, acessibilidades internas, sinalética e informação ao longo das vias do concelho organizará e ordenará os fluxos turísticos melhorando a interação com a população. Importa também promover a formação de todos os agentes turísticos através da criação de protocolos e sinergias com as entidades formadoras do concelho, bem como, criar um plano estratégico para o turismo que envolva as 6 freguesias que vise também o combate à sua sazonalidade.

Como novas referências a explorar e apoiar no âmbito do turismo religioso foram apontadas as Festas dos Padroeiros de cada freguesia bem como os impérios do Divino Espírito Santo que, pela devoção da população e sua riqueza etnográfica, atraem cada vez mais visitantes.

No campo do turismo de natureza impõe-se a manutenção e melhoramento das zonas balneares existentes, com ou sem vigilância, recomendando-se que aumente o número de praias vigiadas. Os acessos às praias sem vigilância têm que ser seguros e a zona de areal e orla costeira mantida limpa.

Em termos económicos temos muito a ganhar, o investimento em alojamentos locais promove a recuperação de imóveis, gera emprego e auto-emprego. Promover o acesso a melhor emprego e melhores bens e serviços atrai e fixa população, combatendo o êxodo demográfico, dinamizando a economia local.

O tempo presente apela a urgentes apoios e investimentos, tendo em vista a necessidade de traçarmos um rumo único, coeso e estratégico, de modo a sermos um dos principais pontos turísticos dos Açores. Sempre com a preocupação primeira de fazer o melhor para os vilafranquenses, cuidando do nosso património cultural, enaltecendo as nossas belezas naturais, a nossa história e tradições, de modo a apresentar e oferecer algo único e apelativo.

É necessário um trabalho conjunto e coordenado para a propagação das nossas empresas e captação de novos investidores.